

Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras

Maria Augusta Bolsanello*

Considerações introdutórias

No dia 24 de novembro de 1859 é lançada a obra *Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural*, do inglês Charles Darwin, sendo que seus 1.250 exemplares foram vendidos todos no mesmo dia. (Godoy, 1988)

Entre as idéias de Darwin, destacavam-se: a crença em um mundo vivo mutável, a crença de que homens e macacos são ramos diferentes de uma mesma espécie (os mamíferos) que têm todos um ancestral comum; a crença de que o processo de mutação é lento e gradual e que o mecanismo de mudança é a seleção natural. (Godoy, 1988)

Karl Marx lhe fez uma dedicatória no segundo volume de *O capital*: “é notável como Darwin reconhece entre os animais e plantas sua sociedade inglesa, com sua divisão do trabalho, competição, abertura de novos mercados, invenções e uma malthusiana luta pela existência”. (Godoy, 1988)

Observa-se que Marx tentou transpor as idéias darwinistas para uma explicação crítica da sociedade. Contudo, outros pensadores as utilizaram para explicar e justificar a sociedade estratificada produzida, na época,

* Professora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Paraná.

pelo capitalismo industrial. E foi esta alternativa que acabou originando o darwinismo social.

O zoólogo francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) enunciou a teoria da evolução que se fundamentava na transmissão dos caracteres adquiridos. Esta noção (hoje ultrapassada) influenciou intelectuais da época, inclusive os adeptos do darwinismo social. O próprio Darwin recorreu à elaboração dessa teoria, embora em menor escala que Lamarck. (Clarck, 1988)

O darwinismo social pode ser definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humanas. Seu grande mentor foi o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), que inclusive criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que mais tarde também seria utilizada por Darwin. O darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta “natural” pela vida, portanto é normal que os mais aptos a vençam, ou seja, tenham sucesso, fiquem ricos, tenham acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma, é normal que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos, não tenham acesso a qualquer forma de poder. Além disso, Spencer argumentava que o processo natural da seleção biossociológica das elites era prejudicado pelo Estado, com adoção de medidas sociais de ajuda aos pobres. Argumentava que a teoria científica da seleção natural mostrava que os inferiores, os menos aptos, deveriam morrer mais cedo e deixar menos descendentes. (Blanc, 1994)

É importante ressaltar que ao darwinismo social concorreram outras ciências, como a genética, a psicologia, a neurologia, a sociologia, a antropologia e a etnologia.

A genética considerou que a definição e a hierarquização das raças se baseavam em caracteres aparentes (cor da pele, textura do cabelo, forma do crânio). A psicologia e a neurologia buscaram comparar o rendimento intelectual (testes de QI e aptidões) dos indivíduos ou dos grupos e a análise das diferenças logo se transformou em estudo das relações de superioridade e inferioridade. A sociologia tentou aplicar o resultado de pesquisas biológicas e genéticas feitas em animais aos homens e difundiu o conceito de “limiar de tolerância” como recurso natural para justificar a rejeição das minorias. A antropologia e a etnologia definiram as raças como resultado de uma divisão da humanidade em função de características físicas transmissíveis. (Jacquard, 1984)

Pode-se observar que o darwinismo social, na verdade, era ideológico e estava, desde o início, associado a uma apologia do *laissez-*

faire econômico e social, a uma defesa da sociedade capitalista. Assim, rapidamente vinculou-se a ideologias eugenistas e racistas.

A eugenia foi fundada em 1883 pelo primo de Darwin, Francis Galton (1822-1911). Preconizava o favorecimento, pelo Estado, da formação de uma elite genética por meio do controle científico da procriação humana, onde os inferiores (os menos aptos) seriam ou eliminados ou desencorajados de procriar. Visava essencialmente o aperfeiçoamento da raça. (Thuillier, 1984)

As ligações do darwinismo social com o racismo “científico” foram estabelecidas pelo antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge (1854 - 1936), em sua obra *L'Arien*. Para ele, as raças dividiam-se em superiores (arianos) e inferiores (judeus, negros etc.). Tentou demonstrar a existência de correlações entre o *status* social dos indivíduos e sua identidade biológica ou racial. (Clarck, 1988)

Ressalta-se que o primeiro grande teórico do racismo foi o Conde Joseph Artur Gobineau (1816-1882), que abertamente defendeu a superioridade da raça ariana – “a mais nobre de todas”, na obra *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853).

Segundo Blanc (1994), alguns trabalhos de Darwin também caminharam no sentido do racismo “científico”, salientando uma hierarquia de raças (onde negros e índios são considerados menos aptos) e classificando os seres humanos em intelectualmente superiores e intelectualmente inferiores. Darwin também apregoou sua adesão aos ideais eugenistas, considerando que não deveriam casar-se pessoas portadoras de inferioridades no corpo e/ou no espírito.

Em nome da eugenia, foram esterilizados aproximadamente 36 mil indivíduos, nos Estados Unidos, entre 1900 e 1940: doentes mentais e os chamados desviados (marginais, vadios etc.). Um bom número de intelectuais eminentes associaram-se às ligas eugenistas de muitos outros países (inclusive democráticos), que também adotaram medidas de esterilização, antes da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, as idéias de Hitler foram em boa parte fundamentadas pelo darwinismo social, pela eugenia e pelo racismo dito científico, resultando no genocídio que estremeceu a humanidade. (Blanc, 1994)

Observa-se com amarga ironia que o desenvolvimento do darwinismo social, do racismo “científico” e da eugenia, foi paralelo ao do ideal liberal e democrático, os quais apelaram para o novel prestígio da ciência quando foi preciso justificar as desigualdades e acalmar as consciências pesadas ante a recusa do reconhecimento ou a flagrante violação dos direitos de uma parte da humanidade.

Influências do darwinismo social da eugenia e do racismo “científico” no Brasil

Para se tentar compreender a influência das idéias darwinistas sociais, eugênicas e racistas no Brasil, é necessário ter-se uma visão da situação econômica e social do Brasil no século XIX (período da escravidão) e meados do século XX (período pós-abolição).

O negro entrou no Brasil a partir de 1532, na condição de escravo, sem que nenhuma voz tenha se levantado em seu favor e sem obter nenhuma proteção, tornando-se um verdadeiro “pária” social. As ordens religiosas, zelosas na defesa dos índios, logo aceitaram, promoveram e usufruíram da escravidão africana, não se importando com a formação moral e intelectual do negro e sua preparação para a sociedade em que à força foi colocado. Inclusive, o estatuto jurídico e social do escravo foi baseado no direito romano, em que o escravo é objeto do dono, que dele pode fazer o que desejar. (Prado Júnior, 1994)

A utilização universal do escravo nas várias atividades da vida econômica e social influiu sobre o conceito de trabalho, tornando-o uma ocupação pejorativa e desabonadora. Aos brancos sobraram o comando das propriedades, as armas, o clero, o comércio, as profissões liberais. Para os que formavam a mão-de-obra livre mas eram destituídos de recursos materiais, os meios de vida se tornaram muito escassos. Verificou-se então um vácuo imenso entre os extremos da escala social: de um lado os senhores e do outro lado os escravos. E entre estes dois extremos comprimiu-se um número crescente de pessoas, formado sobretudo de pretos e mulatos forros ou fugidos e índios: indivíduos com ocupações mais ou menos incertas e aleatórias. Foram considerados os “socialmente indefinidos”. Eram os caboclos, os quilombolas, agregados, vadios. Uma população que vivia mais ou menos à margem da ordem social, devido à carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia. Esta situação surgiu de causas profundas: a escravidão e o sistema econômico de produção colonial e a instabilidade da economia e da produção brasileiras. (Prado Júnior, 1994)

Assim, no século XIX, o povo brasileiro apresentava-se constituído de forma preponderante por mestiços (sobretudo mulatos). A maioria destes mestiços, bem como a totalidade de negros e índios, ocupavam as camadas pobres da sociedade, vivendo em estado de miséria, doença e penúria.

O final do século XIX marcou a decadência do escravismo no Brasil e substituição do trabalho escravo pelo assalariado, exercido sobretudo pelos imigrantes.

É importante ressaltar que em 1850, quando cessou o tráfico negreiro, a burguesia agrária obteve a aprovação da Lei de Terras, que impedia o acesso às terras devolutas (em grande quantidade no Brasil) por outro meio que não fosse a compra. Esta lei garantiu a mobilização das instituições jurídicas e policiais na defesa da propriedade fundiária, garantindo ao mesmo tempo o caráter compulsório do trabalho, da venda da força de trabalho ao fazendeiro, por parte dos trabalhadores que não dispusessem de outra riqueza senão a capacidade de trabalhar. (Martins, 1979)

Observa-se assim que a abolição, em termos sociais, negou ao negro o direito à integração na sociedade. A abolição retirou simplesmente do negro a condição de escravo, mas não lhe proporcionou nenhuma indenização, garantia ou assistência pelos mais de 300 anos de exploração, violação e opressão. Assim, o não-acesso a um pedaço de terra e a redução de mão-de-obra provocaram um êxodo da maioria dos negros para as cidades (onde foram juntar-se aos já numerosos “socialmente indefinidos”), onde os aguardavam o desemprego, a miséria, a doença e uma conseqüente vida marginal.

Idéias preconceituosas dos estrangeiros sobre o povo brasileiro no final do século XIX

É curioso ressaltar que Charles Darwin esteve no Brasil, em 1832, e apesar de grande admirador da flora e da fauna do país, anotou em seu diário a sua indignação com os brasileiros, pelas cenas de violências que impetravam contra os escravos, o que presenciou no Rio de Janeiro, em Salvador e em Recife e que fizeram-lhe “ferver o sangue nas veias”. (Godoy, 1988)

Contudo, a grande maioria dos observadores europeus que aqui aportaram na época da escravidão, em vez de denúncias contra as injustiças físicas, morais e sociais cometidas, trataram de desvalorizar o máximo possível não só os negros e os índios, como os mestiços brasileiros.

De abril de 1869 a maio de 1870, o conde Gobineau permaneceu no Rio de Janeiro como embaixador da França no Brasil. Preconceituoso ao

extremo, escreveu aos amigos que o Brasil era “um deserto povoado de malandros”, “uma multidão de macacos”, e “um mundo estagnado na própria imbecilidade”. Entre outros insultos, afirmou que os casamentos inter-raciais produziam “uma degenerescência do mais triste aspecto”, dos quais resultavam “criaturas particularmente repugnantes”. (Raeders, 1988)

Da mesma forma, os viajantes europeus estudiosos da fauna e da flora brasileiras insistiram em rebaixar o povo brasileiro em suas observações: “exemplo de nação degenerada de raças mistas”, “modelo de falta e atraso em função de sua composição étnica e racial”, “o mestiço é um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”. (Schwarcz, 1993)

Idéias preconceituosas dos intelectuais brasileiros sobre o próprio povo, no final do século XIX e meados do século XX

O primeiro grupo de intelectuais brasileiros conformava, até meados do século XX, um perfil bastante homogêneo em termos de formação e carreira, estando mais ou menos vinculado de modo direto às elites econômico-financeiras do país. (Schwarcz, 1993)

Os efeitos econômicos da industrialização nascente agravavam as tensões sociais e colocavam em questão o próprio regime, cuja legitimidade a elite dirigente procurava justificar por todos os meios. Assim, para os intelectuais brasileiros, as crises social e econômica da época aconteciam sobretudo devido ao clima tropical e a constituição étnica do povo e não por questões históricas ou políticas. Esta argumentação, eles a foram buscar na “ciência” que chegou ao país (final do século XIX), na adoção entusiástica do darwinismo social, do racismo “científico” e da eugenia, que como já foi visto, foram originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. Estas teorias foram adotadas, ao contrário do que se deu na Europa, desprovidas de qualquer espírito crítico, tanto pelos intelectuais como pelos reduzidos centros de ensino e pesquisa da época. (Schwarcz, 1993)

Partia-se do princípio de que se o brasileiro não tinha conseguido promover o desenvolvimento adequado do país, por ter-se tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente devido ao calor e à mistura com raças inferiores, era necessário pelo menos resolver o problema racial, uma vez que contra o clima nada poderia ser feito.

Assim, os intelectuais elevaram a miscigenação do povo brasileiro a um princípio de arianização, a um ideal de democracia social, atribuindo um valor ao grau de embranquecimento da pele. Desta forma, o branco era superior ao mestiço e este, por sua vez, ao negro ou índio.

Como se observa, estavam lançadas as bases científicas do preconceito racial e a legitimação das desigualdades sociais em nome da democracia.

Por outro lado, é importante ressaltar que a ambigüidade foi uma marca registrada da produção intelectual do Brasil desta época, caracterizando-se por momentos de idéias progressistas, reveladoras da história brasileira, mesclados pelas idéias preconceituosas advindas das teorias evolucionistas, eugenistas e racistas européias.

São algumas destas idéias geradoras de preconceitos que se pretende evidenciar a seguir, promovidas por alguns intelectuais brasileiros respeitáveis e admirados, bem como o pensamento do movimento conhecido como Liga Brasileira de Higiene Mental.

Os intelectuais brasileiros

Sílvio Romero (1851-1914), bacharel em Direito, professor, historiador, republicano e abolicionista, afirmou que grande parte do povo brasileiro resultou “do consórcio (...) de velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos...”. Acreditou também que da união da raça branca com a negra ou indígena surgiu a “formação de uma sub-raça...”. Sugeriu que um branqueamento gradual do povo, através de sucessivas migrações, seria a saída para o progresso do país. (Leite, 1992)

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, sustentou a tese de que as raças ditas inferiores (negros, índios e mestiços) não poderiam ter o mesmo tratamento no Código Penal, justificando que as mesmas possuíam mentalidade infantil e portanto eram irresponsáveis. Considerou os mestiços “indolentes, fracos, imprevidentes”, devido ao menor desenvolvimento de seus cérebros, e herdeiros de um “desequilíbrio mental”. Sugeriu que a solução para as raças mestiças seria uma imigração maciça, capaz de aniquilar e assimilar estas raças. (Leite, 1992)

Manuel Bonfim (1868-1932), ensaísta, mostrou-se adepto da idéia de transmissão de traços psicológicos. (Leite, 1992)

Azevedo Amaral (1881-19—), médico, ensaísta, jornalista, sonhou com um brasileiro enquanto “raça biologicamente mestiçada” e um psiquismo exclusivamente branco nos traços essenciais da mentalidade e do caráter nacional. (Leite, 1992).

Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), advogado, historiador, professor universitário, considerou o negro “simiesco, troglodita, decadente moral, inferior”. Para ele, tanto os negros como os índios eram totalmente refratários à civilização. Acreditou que os mestiços conservavam qualidades da raça inferior, sendo desequilibrados e não tendo o mais leve desejo de ascender, de sair de sua condição de pária, não oferecendo, portanto, ameaça à aristocracia. Fazia, contudo, aparentes exceções aos poucos mestiços que se destacavam (“há mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência”), considerando a sua capacidade como herdada pelo sangue ariano. (Leite, 1992)

José Bento Monteiro Lobato (1882-1948), advogado, escritor, criou o personagem Jeca Tatu, sendo implacável com a figura do caboclo: um parasita, preguiçoso, sem ambição, um piolho da terra, inadaptável à civilização. Mais tarde, reabilitou este caboclo mostrando que ele tinha salvação, podendo tornar-se rico e próspero: bastaria consultar seu médico e tomar remédio de laboratório. (Patto, 1987)

Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), advogado, professor, historiador, aprovou o relacionamento dos portugueses com as “melhores” índias, mas considerou o negro e o mulato grupos inferiores. (Leite, 1992)

Artur Ramos (1903-1949), médico, concordou com Nina Rodrigues que o negro não podia acompanhar a civilização branca, considerando-o responsável em arrastar o branco para o primitivismo. (Leite, 1992)

Afonso Arinos de Melo Franco (1905-199-), professor, escritor e político, considerou que índios e negros impediam que os brasileiros atingissem a civilização e chegou ao extremo de dizer que os mesmos deveriam ser contidos à força pela camada branca, o que segundo Dante Moreira Leite (1992) se constitui numa pregação nitidamente fascista.

Gilberto de Melo Freyre (1900-1987), sociólogo, escritor, político, publicou em 1933 a obra *Casa-grande e senzala*, que fez enorme sucesso e ainda hoje é leitura obrigatória nos círculos intelectuais. Adepto da teoria da transmissão de caracteres adquiridos, concordou inteiramente com Joaquim Nabuco, considerando o índio o mau-elemento da população – e não o negro. Considerou o negro “alegre, vivo, loquaz” e o índio “duro, hirto, inadaptável”. Acreditou na superioridade étnica e de cultura dos ne-

gros sobre os índios que, segundo ele, são “às vezes” até melhores que os portugueses. Segundo ele, os negros que se relacionavam com índios elevavam a cultura indígena, raramente deixando-se influenciar ou degradar pela mesma. (Freyre, 1992)

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM)

Os aspectos eugênicos do povo brasileiro foram defendidos inicialmente pelos historiadores, sociólogos, advogados, literatos etc. e, em seguida, muito fortemente pelos médicos.

Em 1923, é fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental, no Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, com o objetivo inicial de melhorar a assistência psiquiátrica, renovando os quadros profissionais e os estabelecimentos para doentes mentais. Mas a partir de 1926, estas metas foram desviadas para enfatizar programas de prevenção eugênica, baseados inclusive na psiquiatria nazista. Os médicos assumiram o papel de mandatários da ordem social e endossaram os preconceitos culturais da época. (Costa, 1989)

Começaram a solicitar a esterilização sexual dos indivíduos doentes, a pregar o desaparecimento da miscigenação racial, a exigir a proibição da imigração de indivíduos não-brancos, a insistir nos três instrumentos jurídico-instrumentais idealizados por Hitler (instalação de tribunais de eugenia, reforma eugênica dos salários e seguro paternidade eugênico). Acreditavam que os vícios, a ociosidade e a miscigenação racial eram responsáveis pela degradação moral e social do Brasil. Assim, a pobreza e a decadência moral eram devidas ao alcoolismo; a sífilis, sendo mais generalizada entre os negros, tornou-se atributo do patrimônio genético dos mesmos; a desorganização política e social do país era devida à miscigenação racial. (Costa, 1992).

De acordo com Costa (1992), o pensamento eugênico dos médicos se manifestou basicamente pelo antiliberalismo, pelo moralismo, pelo racismo e pela xenofobia.

O antiliberalismo da Liga evidenciou-se em todos os níveis dos programas eugênicos (como esterilização sexual, segregação ou purificação racial), significando uma intromissão arbitrária na vida da população, pouco se importando com a opinião das pessoas envolvidas. Já o moralismo da Liga é visível em sua preocupação na renovação moral da sociedade, objetivando a “correção dos hábitos sociais das pessoas e o saneamento moral do país”. Assim, Olinto de Oliveira considerou o

casamento católico como a solução biológica e eugênica para a sexualidade dos adolescentes e adultos. Já para Mirandolino Caldas, “o budismo, o bramanismo e as religiões africanas predispunham ao suicídio”, ao contrário do catolicismo. (Costa, 1992)

O racismo “eugênico” se evidencia na difusão de que o alcoolismo era uma tendência hereditária em negros e que a sífilis, em negras e mestiças, constituía-se uma predisposição genética. É curioso observar que a Liga “fazia clara distinção entre o alcoolismo das pessoas respeitáveis e o alcoolismo dos outros”. (Costa, 1992)

A xenofobia da Liga evidenciou-se na sua insistência em criar um organismo de controle da imigração em nome da preservação eugênica dos brasileiros. Xavier de Oliveira solicitou a não-entrada no país de pessoas não-brancas. Dentre os brancos, só deveriam ser aceitos os de perfeita saúde física e mental. A Liga procurou demonstrar que os doentes mentais se constituíam basicamente de indivíduos não-brancos (negros, árabes, japoneses, chineses...) ou de brancos “menos respeitáveis”, como os portugueses. Certos tipos étnicos, como o italiano e o alemão, não eram inseridos nas estatísticas psiquiátricas, uma vez que esta inclusão poderia comprometer o ideal eugênico da Liga. (Costa, 1992)

Observa-se que a LBHM, no Brasil, encerra em seu âmago tanto idéias eugênicas como darwinistas sociais e racistas. De acordo com Costa (1992), a eugenia foi para os psiquiatras “a maneira científica e psiquiátrica de resolver a confusão moral, racial e social existente no Brasil, sem no entanto, abdicarem de seu *status* profissional”.

Considerações finais

Analisando-se o panorama socioeconômico do período da escravidão e pós-escravidão no Brasil e a receptividade que tiveram as idéias do darwinismo social, da eugenia e do racismo “científico” entre a intelectualidade brasileira, infere-se que, na realidade, estas idéias se caracterizavam por um discurso ideológico bastante cômodo, no sentido de mascarar a realidade social, impedindo a percepção desta realidade e do modo de produção das relações sociais, com fins únicos de domínio e expropriação.

Assim, pode-se dizer que a ideologia é uma forma perversa e bem difundida de violência contra a dignidade humana. Bastam algumas propagandas, algumas inverdades de caráter pseudocientífico, mas ditas com seriedade e com o aval desta ou daquela personalidade, para que esta

visão de mundo se torne aceita e para que surja o preconceito, que logo se converte em prática inconsciente, natural e cotidiana, e além do mais, persistente.

O Brasil de hoje afirma haver realizado, em teoria, uma democracia racial. Contudo, os negros e mestiços ainda são vítimas da discriminação, permanecendo relegados à pobreza, ao analfabetismo, ao subemprego ou desemprego. Isto sem levantar a problemática do índio.

Segundo o IBGE, em 1990, os negros e mestiços representavam 44,5% da população brasileira. A taxa de analfabetismo entre os mesmos era de 30,1% (negros) e 29,3% (mestiços), bem distante da dos brancos que era de 12,1%. A renda *per capita* de negros e mestiços representava um terço da que recebiam os brancos (*Almanaque Abril*, 1994).

Como se pode ver, estes dados denunciam uma distância grande a percorrer entre a afirmação do desejo de uma democracia plena entre iguais sociais e diferentes étnicos, evidenciando a flagrante correlação entre pobreza e raça.

Os dados do IBGE também mostraram que aproximadamente 59 milhões de crianças e adolescentes brasileiros (de 0 a 17 anos) estavam condenados à miséria e à ignorância. Esta população vivia em famílias pobres com renda mensal *per capita* de meio até dois salários mínimos. Na faixa de 7 a 17 anos, oito milhões de crianças deixaram precocemente os bancos escolares a fim de entrarem no mercado de trabalho, para ganhar a metade do salário de um adulto. A maior parte dos que permaneceram na escola “fracassaram”, depois de passarem, em média, seis anos repetindo várias séries. A coordenadora deste estudo do IBGE concluiu que “a escola discrimina o aluno com dificuldade de aprender” (*Veja*, 1991). Esta conclusão leva a refletir se o ranço das idéias darwinistas sociais, eugênicas e racistas ainda não jazem subliminarmente nas consciências, mais especificamente nas dos educadores.

Patto (1993, p. 198), entrevistando professores de uma escola pública da periferia de São Paulo, evidenciou entre os mesmos “o poder da crença na inferioridade moral e intelectual do pobre”. Levantou destes professores as seguintes justificativas para o fracasso escolar: “a versão de que as crianças reprovam devido a suas características pessoais”; “as dificuldades de aprendizagem são atribuídas a algum distúrbio localizado na criança e na família”; “visão rigorosamente individualizante e médica do fracasso escolar”; “desvios de comportamento são considerados como patologia e o aluno é encaminhado para o neurologista, psicólogo...”

Segundo Patto, também fazem parte do discurso dos professores “classes fracas são compostas por alunos fracos”; “classes fracas precisam

de professores mais experientes que possam superar as deficiências dos alunos”. Os professores também costumam referir-se preconceitualmente em relação aos alunos: “burros, porcarias”; “ausência de raciocínio”; “fraquinho”; “vadio”; “paradão”; “preguiçoso”; “pancada”; “pedro-bó”; “tal pai tal filho”.

Neste breve relato, bastante revelador, evidencia-se a persistência de um preconceito gerado pela ideologia. E como a ideologia está essencialmente ligada a antagonismos baseados na estrutura econômica das sociedades modernas, acredita-se que só poderá desaparecer à medida que estas mesmas sociedades conseguirem modificar esta estrutura.

RESUMO

O presente trabalho busca explicitar o pensamento intelectual brasileiro que fomentou preconceitos que se cristalizaram nas consciências e até os dias de hoje perseguem as camadas populares brasileiras, em todos os setores da sociedade, inclusive na escola.

Assim, tem-se por objetivo evidenciar a influência do darwinismo social, da eugenia e do racismo “científico” nas principais idéias de alguns intelectuais brasileiros, que no final do século XIX e meados do século XX foram responsáveis pela introdução da justificativa científica do preconceito racial e social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMANAQUE ABRIL. Relato completo do Brasil e do mundo. São Paulo: Abril, 1994.
- BLANC, Marcel. *Os herdeiros de Darwin*. São Paulo: Scritta, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CLARK, Linda. Le darwinisme social en France. *La Recherche*, Paris, n. 196, p. 192-200, fev. 1988.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro : Record, 1992.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1991.
- GODOY, Norton. Darwin: a evolução de um homem. *Superinteressante*, São Paulo, n. 5, p. 41-51, maio 1988.

- JACQUARD, Albert. Os mitos no microscópio. *O correio da Unesco*, Rio de Janeiro, n.1, p. 25-27, jan. 1984.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, 1987. Tese de Livre-Docência. Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo.
- _____. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RAEDERS, George. *O inimigo cordial do Brasil: o conde Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- Veja*. Abandonados à própria sorte. São Paulo: Abril, 16 out. 1991.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- THUILLIER, Pierre. La tentation de l'engénisme. *La Recherche*, Paris, n. 155, p. 734-748, maio 1984.